Revista Cedigma
https://doi.org/10.5281/zenodo.15200744

ARTIGO DE REVISÃO

Desafios e perspectivas da Atenção Primária à Saúde no Brasil.

Challenges and perspectives of Primary Health Care in Brazil.

Desafíos y perspectivas de la Atención Primaria de Salud en Brasil.

Rogeria Carla Alves de Souza [1]

[1] Faculdade de medicina de Olinda

Correspondência
dracarlasouza13@gmail.com

Direitos autorais:
Copyright © 2025 Rogeria Carla Alves de Souza

Licença:
Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY-SA

Submetido:
27/03/2025

Aprovado:
09/04/2025

ISSN:
2966-1218

RESUMO

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a base do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo fundamental para a promoção da saúde, prevenção de doenças e organização da rede assistencial. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por esse nível de atenção no Brasil, bem como suas perspectivas de aprimoramento. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, o trabalho considerou produções científicas publicadas entre 2019 e 2025, com critérios específicos de inclusão e exclusão. Os resultados evidenciam avanços significativos, mas também apontam entraves estruturais, gerenciais e políticos que comprometem a efetividade da APS. A discussão reforça a necessidade de investimentos contínuos, qualificação profissional e políticas públicas integradas para garantir sua sustentabilidade e resolutividade.

Palavras-chave: Atenção primária; Sistema Único de Saúde; Políticas Públicas de Saúde; Desafios na Saúde Brasileiras

ABSTRACT

Primary Health Care (PHC) is the basis of the Unified Health System (SUS), and is essential for promoting health, preventing diseases, and organizing the healthcare network. This study aims to analyze the challenges faced by this level of care in Brazil, as well as its prospects for improvement. Using a qualitative and bibliographical approach, the study considered scientific productions published between 2019 and 2025, with specific inclusion and exclusion criteria. The results show significant advances, but also point to structural, managerial, and political obstacles that compromise the effectiveness of PHC. The discussion reinforces the need for continuous investment, professional training, and integrated public policies to ensure its sustainability and effectiveness.

Keywords: Primary care; Unified Health System; Public Health Policies; Challenges in Brazilian Health..

RESUMEN

La Atención Primaria de Salud (APS) constituye la base del Sistema Único de Salud (SUS), y es fundamental para la promoción de la salud, la prevención de enfermedades y la organización de la red de atención a la salud. Este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos que enfrenta este nivel de atención en Brasil, así como sus perspectivas de mejora. Utilizando un enfoque cualitativo y bibliográfico, el trabajo consideró producciones científicas publicadas entre 2019 y 2025, con criterios de inclusión y exclusión específicos. Los resultados muestran avances significativos, pero también señalan obstáculos estructurales, gerenciales y políticos que comprometen la efectividad de la APS. La discusión refuerza la necesidad de inversión continua, cualificación profesional y políticas públicas integradas para garantizar su sostenibilidad y resolución.

Palabras clave: Atención primaria; Sistema Único de Salud; Políticas de Salud Pública; Desafíos de la salud brasileña..

Introdução

A Atenção Primária à Saúde representa a principal porta de entrada dos usuários no sistema público de saúde, sendo responsável pela coordenação do cuidado e pela integralidade das ações (Pereira *et al.,* 2024). Sua relevância reside na capacidade de atender a maior parte das necessidades da população, de forma contínua e integrada, promovendo o vínculo entre profissionais e comunidade (Fernandez; Lotta; Corrêa, 2021).

No contexto brasileiro, a APS tem enfrentado desafios históricos relacionados à cobertura populacional, financiamento inadequado, desigualdades regionais e carência de profissionais capacitados (Fernandes, 2019). Esses entraves dificultam o alcance de um cuidado equitativo e eficiente, comprometendo os princípios fundamentais do SUS.

Além disso, transformações políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos impactaram diretamente na condução das políticas de saúde, afetando a operacionalização das estratégias voltadas à atenção primária (Birman, 2020). A pandemia da COVID-19, por exemplo, expôs fragilidades e, ao mesmo tempo, revelou a importância de uma APS fortalecida e articulada.

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre os avanços conquistados, os obstáculos persistentes e as possibilidades de evolução da APS no Brasil (Barros; Aquino; Souza, 2022). Este trabalho busca contribuir com essa discussão, oferecendo subsídios para a formulação de políticas mais eficazes e sustentáveis.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica. Foram consultadas publicações científicas disponíveis em bases como SciELO, LILACS e PubMed, entre os anos de 2019 a 2025. O recorte temporal foi definido com o objetivo de contemplar análises recentes, especialmente após o início da pandemia, que provocou alterações significativas na dinâmica da APS.

Os descritores utilizados na busca foram: “Atenção Primária à Saúde”, “Sistema Único de Saúde”, “desafios na saúde pública”, “perspectivas em saúde” e “políticas públicas de saúde”. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos completos, publicados em português, com abordagem temática central na APS brasileira. Excluíram-se estudos com foco em realidades internacionais ou que tratassem de outros níveis de atenção à saúde.

Resultados e Discussões

A análise do material selecionado permitiu identificar três principais eixos de desafios enfrentados pela APS no Brasil: financiamento, gestão e formação profissional. O subfinanciamento crônico do setor compromete a oferta de serviços, impactando diretamente na capacidade de resposta às demandas da população (Harzheim *et al.*, 2020). A gestão fragmentada e a

ausência de integração entre os diferentes níveis de atenção dificultam a continuidade do cuidado.

De acordo com Dos Santos *et al.,* (2025) no que se refere à formação profissional, constatou-se a persistência de lacunas na capacitação dos trabalhadores da saúde para atuarem de forma resolutiva e humanizada no âmbito da APS. A ausência de estímulos à educação permanente agrava esse cenário, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social (De Castro; Kawakame; Dos Santos, 2019).

Por outro lado, também foram destacadas iniciativas exitosas, como a ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e o uso de tecnologias de informação para qualificar o atendimento (Rêgo, 2025). As experiências demonstram que, mesmo diante de adversidades, é possível promover avanços significativos quando há investimentos adequados e gestão eficiente (Americo, 2024).

A pandemia evidenciou a importância da APS como eixo estruturante da resposta sanitária. Sua atuação foi essencial para o monitoramento de casos, orientação à população e continuidade dos serviços essenciais, mesmo em contextos de crise (Da Silva *et al.,* 2025). Essa experiência fortaleceu o argumento de que uma APS fortalecida é indispensável para a resiliência do sistema de saúde.

Além disso, foi observado que a articulação intersetorial permanece limitada, o que compromete a efetivação de ações integradas entre saúde, educação, assistência social e saneamento (Mesquita; Melhorance; Cavalcante, 2021). A APS, por sua natureza, deve atuar de forma transversal, dialogando com diferentes políticas públicas para promover condições de vida mais saudáveis (Mello *et al,* 2022). No entanto, a fragmentação institucional e a ausência de pactuações efetivas entre os setores dificultam esse processo, restringindo o alcance das ações de promoção e prevenção.

Outro ponto relevante identificado refere-se à instabilidade das políticas públicas de saúde, impactadas por mudanças frequentes de gestão e orientações estratégicas (Souza, 2021). A descontinuidade de programas e a rotatividade de profissionais geram insegurança nos territórios e comprometem o vínculo entre equipe de saúde e comunidade (Menezes; Chinelli, 2022). Esse fator evidencia a necessidade de institucionalizar diretrizes de longo prazo, que garantam a sustentabilidade das ações da APS, independentemente de alterações nos contextos políticos.

O avanço da tecnologia também foi destacado como fator ambivalente. Por um lado, a informatização e a telemedicina têm ampliado o acesso a informações e facilitado o acompanhamento dos usuários, especialmente em áreas remotas. Por outro, a carência de infraestrutura tecnológica em determinadas regiões, bem como a baixa capacitação dos profissionais para o uso adequado dessas ferramentas, limitam os benefícios potenciais (Souza *et al.,* 2023). É necessário, portanto, garantir equidade no acesso à tecnologia e promover capacitações contínuas.

A valorização e as condições de trabalho das equipes de saúde da APS surgem como elementos centrais no debate (Santos *et al.,* 2023). Profissionais submetidos a jornadas exaustivas, com baixos salários e sem incentivos à qualificação, enfrentam dificuldades para prestar um cuidado integral e de qualidade (Abdala, 2020). A valorização desses trabalhadores passa não apenas por remuneração justa, mas também por condições adequadas de trabalho, estabilidade e reconhecimento institucional.

Outro aspecto frequentemente abordado nas publicações analisadas é a importância da participação social na construção da APS (Buziquia *et al.,* 2023). Conselhos de saúde e conferências locais são espaços fundamentais para garantir o controle social e o protagonismo da comunidade na formulação de políticas públicas (Gomes; Carvalho; Andrade Barbosa, 2020). Contudo, muitos desses espaços ainda operam de maneira formal e pouco efetiva, exigindo maior estímulo à participação ativa da população nos processos decisórios.

Por fim, a análise reforça a ideia de que a consolidação da APS como ordenadora do sistema de saúde brasileiro depende de uma combinação de fatores estruturais, humanos e políticos. A superação dos desafios identificados requer não apenas recursos financeiros, mas também compromisso político, inovação na gestão e escuta ativa das necessidades locais. A APS precisa ser fortalecida como um modelo de cuidado centrado na pessoa, próximo do território e sensível às diversidades regionais do Brasil.

Conclusão

A Atenção Primária à Saúde é um componente indispensável para a efetividade do SUS, mas ainda enfrenta obstáculos que comprometem seu pleno funcionamento. A insuficiência de recursos financeiros, a fragilidade na gestão e a escassez de profissionais capacitados constituem os principais entraves que precisam ser enfrentados com urgência.

A superação desses desafios requer um esforço articulado entre os diferentes entes federativos, a sociedade civil e as instituições formadoras. Políticas públicas bem estruturadas, acompanhadas de financiamento adequado e estratégias de qualificação profissional, são fundamentais para a consolidação da APS como modelo prioritário de atenção.

A experiência recente com a pandemia reforçou a necessidade de fortalecer a rede de atenção primária, tornando-a mais acessível, resolutiva e próxima da população. A valorização dos profissionais, a integração dos sistemas de informação e a promoção da equidade devem ser prioridades para os próximos anos.

Dessa forma, é possível vislumbrar uma perspectiva promissora para a APS no Brasil, desde que haja compromisso político, planejamento estratégico e investimento contínuo. O fortalecimento da atenção primária é não apenas desejável, mas essencial para garantir o direito à saúde e a sustentabilidade do SUS.

Referências

ABDALA, Isméria Espíndula. JORNADA EXAUSTIVA DE TRABALHO:: Dano Existencial. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, 2020.

AMERICO, Mariana Ferreira et al. Repercussões da política nacional de atenção básica nos serviços oferecidos pela atenção primária à saúde no Brasil: revisão de escopo. **Revista Saber Digital**, v. 17, n. 3, p. e20241701-e20241701, 2024.

BARROS, Rafael Damasceno de; AQUINO, Rosana; SOUZA, Luis Eugênio Portela Fernandes. Evolução da estrutura e resultados da Atenção Primária à Saúde no Brasil entre 2008 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4289-4301, 2022.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Editora José Olympio, 2020.

BUZIQUIA, Sabrina Pontes et al. Participação social e Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e220121pt, 2023.

DA SILVA, Juliana Santos et al. Saúde mental no SUS em tempos de pandemia: impacto das estratégias de acolhimento aos idosos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 8, n. 2, p. e78757-e78757, 2025.

DE CASTRO, Ane Milena Macêdo; KAWAKAME, Patrícia Moita Garcia; DOS SANTOS, Mara Lisiane de Moraes. A importância das discussões sobre redes de atenção à saúde na formação profissional. **Perspectivas Experimentais e Clínicas, Inovações Biomédicas e Educação em Saúde (PECIBES)**, v. 5, n. 2, p. 58-58, 2019.

DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa et al. Por uma atenção primária transformadora: formação e capacitação profissional para fortalecer o trabalho no cuidado a saúde da família. **ARACÊ**, v. 7, n. 3, p. 11001-11030, 2025.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi. Cuidado em saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: práticas, desafios e perspectivas. 2019.

FERNANDEZ, Michelle; LOTTA, Gabriela; CORRÊA, Marcela. Desafios para a Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise do trabalho das agentes comunitárias de saúde durante a pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00321153, 2021.

GOMES, Jose Mario Wanderley; CARVALHO, Ernani; ANDRADE BARBOSA, Luis Felipe. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E LEALDADE FEDERATIVA: STF AFIRMA PROTAGONISMO DOS GOVERNADORES NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 (Public Health Policies and Federative Loyalty: STF Affirms Protagonism of Governors in Facing COVID-19). **Revista Direito Público**, v. 17, n. 94, 2020.

HARZHEIM, Erno et al. Bases para a Reforma da Atenção Primária à Saúde no Brasil em 2019: mudanças estruturantes após 25 anos do Programa de Saúde da Família. **Revista brasileira de medicina de família e comunidade. Vol. 15, n. 42 (2020), 2354, 16 p.**, 2020.

MELO, Milena Vieira da Silva et al. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: análise de sua implantação em município de grande porte do nordeste brasileiro. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e220358, 2022.

MENEZES, Tatiane Tavares; CHINELLI, Filippina. Trabalhadores da gestão: continuidade e/ou descontinuidade da política de atenção básica no município do Rio de Janeiro. **ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO**, p. 27, 2022.

MESQUITA, Patrícia S.; MILHORANCE, Carolina; CAVALCANTE, Louise. O papel dos burocratas de nível da rua na implementação de políticas intersetoriais: articulação dos programas sociais e de acesso à água no Semiárido brasileiro. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 50, 2021.

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do

sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

RÊGO, Leandro Maciel De Albuquerque. O Papel da Estratégia Saúde da Família na Promoção da Saúde Preventiva e Redução de Agravos. **Revista Cedigma**, v. 3, n. 5, p. 78-83, 2025.

SANTOS, Renato Penha de Oliveira et al. Condições de trabalho na atenção primária à saúde na pandemia de COVID-19: um panorama sobre Brasil e Portugal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2979-2992, 2023.

SOUZA, Mariana Cristina da Cunha. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, p. 2137, 2021.

SOUZA, Pedro Elias et al. O uso de vídeo educativo como estratégia de treinamento de profissionais da saúde sobre correta utilização de EPI's durante a pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, p. e11965-e11965, 2023.